

Signos e interpretação: entre aprendizagens e criações

Samuel E. L. Bello

Paola Zordan

Diego Marques

Resumo

De forma sucinta, este artigo busca mapear alguns elementos que compõem a noção de signo tendo em vista principalmente o seu poder de produzir conhecimento. Diferentes definições de signo, a partir de breves revisões de Saussure, Morris, Pierce, Hjelmslev, Bakhtin, são apresentadas a fim de direcionar o estudo para a questão da produção de conhecimento a partir dos signos, processo esse que Deleuze entenderá como aprendizagem. Esse breve estudo sobre as principais classificações de signos não é meramente descritivo, ele atenta para a importância das dinâmicas que tais tipologias impõem, tanto interna como externamente. Ao se problematizar relação do signo com sua interpretação, processo conhecido em alguns momentos como semiose, significação e, em outros, como pragmática, trazemos a perspectiva da diferença, na qual interpretar implica compor os elementos sígnicos numa criação.

Palavras-Chave: Signos; Criação; Deleuze; Aprendizagem.

Abstract

This article maps briefly some elements that compose the notion of sign by considering mainly its power to generate knowledge. Distinct notions of sign such as Saussure, Morris, Pierce, Hjelmslev, Bakhtin are presented initially in order to direct our study towards the question of knowledge production from the signs, which is understood how learning is supposed to be by Deleuze. This brief study about the main classifications of signs is not merely descriptive; it refers to the importance of the dynamics that impose typologies, either internally or externally. When it questions the sign's relationship with his interpretation, a process known at times as semiotic, signification and, for others, pragmatic, we also bring the perspective of the difference, which interpret implies composing elements emanated from signs in a creation.

Keywords: Signs; Creation; Deleuze; Learning.

Apresentação

Os signos são presenças de algo que está ou não lá. De classificações dos fenômenos da natureza, interpretação de manifestações divinas, compreensão da lógica da linguagem, assim como na comunicação moderna, os signos e as tentativas de criação de uma ciência própria para seu estudo contam uma história de como interpretamos os encontros que o mundo proporciona. Qualquer que seja a definição de signo como conceito, o que parece emanar deles é sempre certa relação entre diferentes, seja na perspectiva da representação, seja como abertura para a diferença.

O ponto de partida para essa concepção são as considerações que Gilles Deleuze faz sobre os signos a partir da obra de Marcel Proust, em seu livro intitulado *Proust e os signos*. Nessa obra, Deleuze associa a interpretação dos signos, em suas diferentes classificações, a um processo de aprendizado – dentro da perspectiva de que os signos nos forcem a pensar mais do que representam por si mesmos algo a ser conhecido. Nesse sentido é que Deleuze descreve o signo mais como uma ação de *violência* do que alguma forma que estaria no lugar de outra no processo de reconhecimento. Os signos, dessa maneira, estão mais para um ato do que para algum objeto ou representante.

Partindo dessa consideração inicial dos escritos de Deleuze, buscamos traçar junto a autores da semiótica ou semiologia questões a respeito dos signos que possam ser pertinentes para entendermos esse processo de conhecimento a partir de sua ação. Analisamos alguns deslocamentos e aproximações de componentes que integram as diferentes noções de signo, visando dar uma maior consistência à possibilidade de que a não representatividade dos signos possa ser potente de algum modo para o conhecimento. Para tanto, o artigo aborda as diferentes definições de signo tendo como ponto de partida os estudos do final do século XIX, quando se instituem disciplinas que visam ter o signo como objeto específico de estudo. Posteriormente, nos debruçaremos brevemente sobre as principais classificações de signos, tendo como objetivo não suas meras descrições, mas a atenção para as dinâmicas que as tipologias impõem, tanto interna como externamente. Então, trataremos da relação do signo com sua interpretação, processo conhecido em alguns momentos como semiose, significação e, em outros, como pragmática. O objetivo é o de direcionar o estudo para a questão da produção de conhecimento a partir dos signos, processo que Deleuze entenderá como aprendizagem.

Aqui junto ao que não está: as ambíguas definições de signo

A primeira pista para uma definição de signo na modernidade estaria na concepção de que ele *une, minimamente, duas ocorrências*. Na linguística estruturalista de Ferdinand de Saussure (2012), signos são estruturas linguísticas que unem não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica. Ou seja, os signos funcionam como uma entidade que se equivale na representação de um a partir do outro. Posteriormente, as terminologias utilizadas são, respectivamente, o *significado* e o *significante*. Nessa primeira definição saussuriana, destaca-se o fato de que o conceito passa a ser representado pelo seu significante que, por sua vez, também é uma representação mental dos meios em que o significado (conceito) é expresso. Ou seja, não se trata do *meio material* pelo qual o conceito é representado (como a audição, visão ou grafia), mas a imagem mental dessa materialidade.

A dinâmica do signo, embora estática pela inseparabilidade de seus componentes, não existe fora da mente de quem se comunica – daí o caráter social, convencionado e arbitrário dos signos, segundo Saussure. No mesmo sentido, embora com características diferentes, está o signo na definição de Charles Sanders Peirce. O signo só existe como tal a partir do momento em que é codificado por uma mente denominada interpretante. Ao mesmo tempo, Pierce adiciona outro elemento externo à mente de quem interpreta o signo: o referente ou objeto. Dessa forma, o signo na concepção Peirciana é composto por três elementos: o *representamen* (que é a representação, às vezes confundida com o próprio signo), que está entre os outros dois pólos: o *referente* ou objeto e o já citado *interpretante*.

A dinâmica desses componentes define o signo para Peirce (2003, p.160):

Um signo é um cognoscível que, por um lado, é determinado por algo que não ele mesmo, denominado de seu objeto, enquanto, por outro lado, determina alguma mente concreta ou potencial, determinação essa que denomino de interpretante criado pelo signo, de tal forma que essa mente interpretante é assim determinada mediadamente pelo objeto.

Mais adiante veremos a importância do termo *cognoscível* como componente do conceito de signo em Peirce. O que interessa agora é a questão de que o signo, em essência, é determinado por algo que não ele mesmo, aproximadamente um sinônimo de representação, como em Saussure. Esses dois autores são as bases dos estudos sobre signos ao longo do século XX, Saussure dando início aos estudos sob o termo *semiologia* e Pierce baseando os estudos conhecidos como *semiótica* (KOCK, 2005). Outros autores, embora baseando seus conceitos a partir de uma dessas bases, transformam as questões de definição. Um deles é

Louis Hjelmslev (2003) que, embora parta do princípio do signo como união entre componentes representativos, recusa a ideia de que o signo está no lugar de outro.

Justamente por essa discordância, Hjelmslev utiliza o termo “expressão de um signo”, pois os signos não são signos *de* alguma coisa, mas sim funtivos de si próprios. Na terminologia de Hjelmslev, funtivos são componentes de uma função, ou seja, os signos são uma função semiótica, pois aglutinam elementos não sígnicos (as figuras, equivalentes aos fonemas em Saussure) justamente por seu caráter ilimitado na formação de seus arranjos como funções. Os funtivos de uma função semiótica são os componentes do signo, e quando eles remetem a algo, não se trata de um objeto ou referente exterior, mas a um funtivo interno de si mesmo.

Os funtivos da função semiótica são chamados de *substância de conteúdo* e *substância de expressão*; aquela voltada para o exterior do signo, esta voltada para o seu interior. Essas unidades básicas relacionam-se às *formas de conteúdo* e *formas de expressão*, formando os planos de conteúdo e os planos de expressão. Dessa forma, mesmo sendo dual, como em Saussure, os signos para Hjelmslev são constituídos de quatro componentes, sendo que os referentes são substâncias já intrínsecas aos próprios signos que, mesmo voltadas para o exterior, não se confundem com um referente externo. As substâncias somente são possíveis pela abstração que as formas lhe deram. No caso de *árvore*, o objeto só é possível a partir do momento em que as formas de conteúdo e expressão lhe canalizaram como um meio perceptível para, posteriormente, transformá-la em unidades da linguagem.

[...] o signo é, portanto, ao mesmo tempo, signo de uma substancia de conteúdo e de uma substancia de expressão. É neste sentido que se pode dizer que o signo é signo de alguma coisa. Por outro lado, não há razão alguma para decidir que o signo é apenas o signo da substância de conteúdo ou (coisa que certamente ninguém ainda imaginou) apenas signo da substância da expressão. O signo é uma grandeza de duas faces, uma cabeça de Janus com perspectiva dos dois lados, com efeito nas duas direções: “para o exterior”, na direção da substância da expressão, “para o interior”, na direção da substância de conteúdo (HJEMSLEV, 2003, p.62).

Essa maneira de ver, mesmo que não definitivamente, o signo como remetendo aos seus próprios componentes, terá impacto nos estudos deleuzianos sobre a noção de signos. Antes dessa, outro contraponto para as ambíguas definições de signos e suas funções vem da escola russa, principalmente pelo linguista Mikhail Bakhtin (2012). Nessa concepção, o signo é o equivalente ideológico na linguagem, ou seja, o signo é materialização da palavra em um ato que pode distorcer, acrescentar, apreender ou mesmo organizar politicamente a realidade. Como manifestação ideológica, o signo, para Bakhtin, mesmo que represente uma realidade,

está sempre em negativa em relação a ela. Por isso, a importância tão grande dada à necessidade de um consenso coletivo para os signos, visto que, no jogo entre consciências individuais e fenômenos linguísticos, as realidades comunicadas trazem consigo parcialidades danosas.

Significantes, significados, referentes, interpretantes, expressões, conteúdos, ideologias, etc, são aparatos conceituais ligados à preocupação de que os signos nos façam compreender melhor a realidade em que vivemos. A preocupação central parece estar ligada sempre à adequação em maior ou menor grau de representatividade fora da própria existência dos signos. Levando em conta as descontinuidades, autores e escolas citados brevemente parecem ter um fundo filosófico em comum: representações mais fiéis possíveis. Em interessante artigo, Isabelle Kock (2005) trata da questão dos signos entre os filósofos estoicos cuja interpretação estava mais ligada à busca por uma vida em conformidade com a natureza do que uma apreensão ou controle dela – uma forma de contato com forças maiores, tendo a interpretação como uma técnica. Os signos, para os estoicos, comporiam mais um modo de vida do que a representação dela.

Mais perto dessa concepção está Deleuze (2010), pois o que faz do signo potente não é sua capacidade de nos fazer apreender ou comunicar algo, mas a força com que faz que saíamos de qualquer paisagem familiar e, por isso mesmo, criar. Os signos em Deleuze estão mais próximos de uma concepção nietzschiana de forças do que as prerrogativas de filosofias lógicas e representativas. “Os signos mobilizam, coagem uma faculdade: seja inteligência, memória ou imaginação. Essa faculdade, por sua vez, põe o pensamento em movimento, força-o a pensar a essência” (DELEUZE, 2010, p.92). Essências aqui devem ser entendidas como a obscuridade que nos força a criar, interpretar de acordo com uma intenção nessa busca, justamente como forças que dão sentido ao que apoderam.

Signos no pensamento deleuziano são entidades ativas mais ligadas ao verbo do que ao substantivo. Mesmo não remetendo, necessariamente, à linguagem, fazem parte dela, mas em um sentido mais desestabilizador do que adequador das formas. Novas formas, talvez, embora a formalização na linguagem seja sempre inevitável. Os signos, no sentido em que propõe Deleuze, são de difícil definição a partir do registro que busca responder *o que é*. Talvez seja mais elucidativo tratar dos signos nessa perspectiva estudando sua operação, ou os efeitos que causam, tema da terceira seção.

Separados que também se confundem: a difícil classificação dos signos

As classificações dos signos poderiam remeter às filosofias anteriores ao século XIX como, por exemplo, a distinção que Aristóteles fez entre signos necessários e hipotéticos, sendo os primeiros ligados às relações causais e os segundos às probabilidades (NOTH, 2008). Todavia, nos deteremos apenas nas tipologias dos estudos linguísticos modernos, iniciando, mais especificamente, pelas categorias de Charles Peirce, visto que ressoa até hoje como base para tais classificações.

Na tríade peirciana, os signos são classificados de acordo com uma relação que criam com três categorias mais fundamentais do conhecimento. A primeiridade é o fenômeno que atua diretamente nos sentidos, levando em consideração que os sentidos não contêm nenhum tipo de mediação mental. A primeiridade seria imediata, sem qualquer tipo de ato ou forma de arranjo abstrato. Nessa concepção, o que é primeiro é similar à irreflexão, ao que deve ser ultrapassado para que haja signo.

Seguindo as categorias propostas por Peirce, a secundidade é o estágio da conexão. Seja em relação a outros fenômenos, seja a experiências anteriores, ao espaço, ao tempo, entre outras possibilidades, a secundidade é o momento em que aquilo que é aparição sem referencial no primeiro momento torna-se relativamente reconhecível a partir da aproximação. É a intermediação para a terceiridade, cujo processo é o “da mediação, do hábito, da memória, da continuidade, da síntese, da comunicação, da representação, da semiose e dos signos” (PEIRCE, 2003, p.94).

As três categorias do conhecimento, cuja intenção de alcance seria universal, foram propostas por Peirce para que sua dinâmica propiciasse a classificação dos signos. Assim, elas irão relacionar-se com os três componentes do signo formando correlatos que, por sua vez, formam as classificações. A primeiridade, a secundidade e a terceiridade, do ponto de vista do conhecimento universal, correlacionam-se, respectivamente, com o representamen, o objeto e interpretante, do ponto de vista da formação de signos.

Assim, um dos componentes do signo serve como referência para sua classificação, de acordo com a categoria que ele está ligado, e transmuta-se para as consequentes. Considerada em si mesma, cada categoria cria o ponto de partida, formando tricotomias. Por exemplo, na primeira tricotomia, considerada a partir do componente representamen e da categoria primeiridade, os signos classificam-se como: a partir do representamen em relação a si mesmo, a partir do representamen em relação ao seu objeto e do representamen em relação ao seu interpretante. Para visualizarmos a maneira como se configuram as classificações dos

signos, mesmo não interessados nas classificações em si, podemos visualizar o quadro a seguir.

Quadro 1: configuração das classificações dos signos.

		<i>1ª Tricotomia</i>	<i>2ª Tricotomia</i>	<i>3ª Tricotomia</i>
	<i>Componente</i>	Representamen	Objeto	Intérprete
<i>Categoria</i>				
Primeiridade		Quali-signo	Ícone	Rema
Secundidade		Sin-signo	Índice	Dicente
Terceiridade		Legi-signo	Símbolo	Argumento

Nessa visualização, podemos deduzir que um signo é um símbolo quando considerado a partir da categoria terceiridade (intérprete) em relação ao seu objeto. Assim, um símbolo é um signo que depende de uma convenção interpretante representando o objeto a que se refere. Outros signos, como o argumento, são relações da categoria em relação ao seu próprio componente, ou seja, nesse caso, o intérprete com si mesmo.

Posteriormente, as classificações se estendem na definição final do signo, pois, a partir do momento em que o signo somente é considerado como tal pela junção de seus três componentes, deverá ser derradeiramente delimitado a partir do cruzamento com seus três componentes – ou seja, pela correlação entre as próprias tricotomias. Assim, podemos ter, por exemplo, um quali-signo icônico e remático, cruzando a categoria primeiridade (representamen) com os outros três componentes do signo. Podemos ter, também, um Legi-signo indicial e remático partindo das mesmas premissas.

A complexidade das classificações propostas por Peirce remete às discussões que não se esgotam e embasam estudos tanto na área de linguística quanto das comunicações. Não nos deteremos em tais questões (por exemplo, se realmente um sin-signo indicial e dicente, como um signo que é afetado e dá informações do seu objeto, pode ser elucidado ou não por um cata-vento), visto que nos interessa entender como se compõem tais classificações e a tendência universalizante das classificações de Peirce, dentro de uma lógica dedutiva em que os signos, assim como suas classificações, se constituem a partir de uma nomenclatura e de parâmetros que servem de meio para que sua existência comunique e, principalmente, represente.

O aspecto mencionado como balanço geral das classificações de Peirce é importante para um contraponto, embora não dialético, da leitura que Gilles Deleuze faz dos signos. Outros autores consultados não demonstraram ser a classificação necessariamente importante,

estando mais focados na questão do que é um signo e, principalmente, quais os seus potenciais representativos. Não é o caso de Deleuze – e sua primeira diferença essencial em relação à classificação de Peirce é sua recusa a uma sistematização. Esse ponto é importante por dois motivos: o primeiro é o de que, ao contrário de Peirce, que baseia toda a sua classificação na lógica formal e dedutiva, Deleuze parte de um conhecimento literário. Assim, os conjuntos criados por Deleuze, junto à *Proust e os signos*, estão em relação ao que a linguagem literária propõe; em segundo lugar, as categorias de signos em Deleuze estão em relação imanente em relação à literatura em que se inspira, ou seja, não tem pretensões universais.

De inspiração imanente à literatura em que se inspira, Deleuze nos propõe que a primeira categoria de signos é a dos *mundanos*, que são signos que estão no lugar de outra coisa, não no sentido representativo, mas que tomaram o lugar de uma suposta realidade, fazendo com que ela dependa deles, com que ela se organize a partir do que ele impõe. Não são signos que representam o mundo, mas constroem o mundo perceptível, artificialmente, quase como se soubéssemos de antemão o que os encontros com ele significassem. “O signo mundano não remete a alguma coisa; ele a substituí, pretende valer por seu sentido. Antecipa ação e pensamento, anula pensamento e ação, e se declara suficiente. Daí seu aspecto estereotipado [...]”. (DELEUZE, 2010, p.6).

Em uma aproximação, um tanto quanto compelida, entre Peirce e Deleuze, poderíamos dizer que os signos mundanos estariam no momento da terceiridade, em que algum interpretante já convencionaria alguma *lei* ou ordem para o signo e, por isso mesmo, ele tomaria um lugar de *outro*. Paralelos à parte, é importante que levemos em conta esse caráter *evolucionário* da classificação dos signos, tanto para Peirce quanto para Deleuze, justamente porque o segundo também colocará em questão a aproximação das tipologias com alguma complexidade em escala crescente. Enquanto Peirce colocará a terceiridade em um registro ligado ao que ultrapassa as associações e sintetiza, Deleuze colocará as classificações que virão a seguir em uma ordem de maior capacidade de buscas das essências. Naquele caso, uma questão de conhecimento racional, neste, o de criação artística.

Apesar da oposição aparente, a questão torna-se também paradoxal, afinal, mesmo que a primeira classificação de Deleuze possa estar mais relacionada com a terceiridade peirciana (embora não com os mesmos objetivos), sua progressão segue o que poderia relacionar-se com as primeiras categorias. Lembremos que o signo para Deleuze é justamente o que traz uma presença não reconhecível, o que poderia ser interpretável como o encontro com os sentidos sem reflexão em Peirce.

O segundo *mundo* de signos são os do *amor*. São os signos da desconfiança, em que é preciso algo por trás do que está manifesto. Poderíamos, talvez, fazer algum paralelo com a definição de Bakhtin, pelo seu caráter ideológico, parcial e capaz de distorcer uma realidade caso não seja cuidadosamente convencionado. “Quem procura a verdade? O ciumento sob as mentiras do amado” (DELEUZE; 2010; p.14). São signos que não necessariamente substituem uma suposta realidade como os mundanos, mas que trazem consigo a certeza de que algo escondem e, por isso, a importância da interpretação, da busca incessante por sua natureza.

Tendo em vista como compõe as suas classificações, podemos pensar que Deleuze, entre sua primeira e segunda categoria, procede por um gradual aumento do nível de incerteza em relação aos signos. De uma aparição que se coloca como um dado real dos signos mundanos, vamos à incerteza e à inquietude provocada pelos signos do amor. Se em um primeiro momento temos o signo convencionado que nos faz saber, pelo hábito, como agir no encontro com ele, no segundo momento temos a incerteza que nos faz procurar por algo além do aparente. O signo torna-se, nesse movimento, cada vez mais um espaço de abertura para aquele que se depara com ele.

Apressadamente, poderíamos compreender a terceira classificação dos signos como uma negação desse processo. Os signos *sensíveis*, em um primeiro momento, provocariam uma espécie de euforia pela sua correspondência com aquilo que designa. Mas, superado o encontro inicial com ele, torna-se materializado não em um sentido de correspondência com um suposto referente, e sim pelo seu tom imperativo, que nos faz reagir a sua tendência à formalização. Essa reação revela algo de diferente do que inicialmente causou alegria pela sua suposta adequação: o significado fugiu ao que inicialmente propiciou o conforto. Poderíamos entender essa categoria do signo como o momento da decepção em que, anteriormente, tínhamos a convenção segura dos signos mundanos, e que é posteriormente modificada pela desconfiança em relação aos signos amorosos, mas agora é convertida em uma alegria pela retomada de que na terceira categoria adequamos novamente o signo ao que ele se refere – contudo, ao mesmo tempo, propicia a desilusão pelo seu caráter de deslocamento do significado. “O erro é acreditar que os hieróglifos [signos] representam apenas objetos materiais” (DELEUZE, 2010, p.13, inserção nossa). O signo mundano é o momento de repouso em relação ao sofrimento provocado pelo signo amoroso e que, simultaneamente, frustra a busca pelo seu significado, se entendermos como isso o objeto referente.

A quarta categoria para Deleuze são os signos da *arte*. Onde havia alívio e decepção por alguma tentativa em compreender o signo a partir de sua adequação ou representatividade

em relação ao que se referem, há um deslocamento na última categoria. Nos signos artísticos, a interpretação opera uma modificação essencial do signo, ou seja, quando, após o encontro com sua aparição, o interpretante busca fechar o ciclo que entende a linguagem como adequação a algo exterior a ela a partir da cognição, o signo artístico força uma mudança de natureza na produção do significado.

Os signos artísticos são aqueles que desorientam mais do que representam, dão algo a criar mais do que conhecer. Nesse sentido, não são signos que, na classificação Deleuziana, irão apaziguar as mazelas pelo processo de certeza-sofrimento-aparente alegria propiciado pelos anteriores, mas sim os que vão *dar o que pensar*, ou seja, violentar as faculdades a um processo de criação de significado, mesmo que provisório e/ou incerto. Os signos da arte são aqueles que, pela sua falta de transparência que propicia não carência de visibilidades, mas sim provisórias possibilidades multiplicadas, abrem em igual possibilidade interpretações, mesmo que aparentemente algumas pareçam excêntricas. Estão mais para uma descontinuidade que cria um mundo novo do que para o encadeamento que adapta o conhecimento com uma realidade. São, nesse sentido, os únicos signos imateriais e que, ao mesmo tempo, podem criar novas materialidades, entendidas aqui como formas.

Signos mundanos, amorosos, sensíveis e da arte. Na classificação deleuziana, há muito mais uma relação com o significado e a necessidade de sua interpretação do que a taxionomia que abrange ou encobre uma realidade anterior, como parece ser a classificação de Peirce. Embora o movimento de criação das categorias tenha um caráter mais próximo dos processos das faculdades de conhecimento, ainda que não da mesma maneira, também levada em conta por Peirce, a operação cognitiva dos signos em Deleuze tem mais relação com Saussure, mesmo que em outro sentido.

Compreender o dissipado: a dissentida interpretação dos signos

Charles Morris (2011), considerado um dos seguidores da matriz semiótica de Peirce, dividiu o estudo dos signos em três principais campos. O primeiro trata da relação dos signos entre si, denominada de sintática. A segunda, dos signos e seus objetos, nomeada de semântica. Finalmente, a terceira, da relação do signo com seu intérprete, a pragmática. Nos deteremos, por ora, no terceiro campo, pois será o mais interessante para as possibilidades levantadas por Deleuze, devido à ênfase dada pelo filósofo ao procedimento de interpretação dos signos. Em alguns casos, a pragmática pode ser confundida com o processo de semiose, conhecido de maneira geral como ação cognitiva dos signos.

Morris (2011), que desenvolve as categorias e componentes propostos por Peirce a partir de um registro comportamentalista, propõe o estudo da pragmática a partir do hábito. A ação do signo sobre o interpretante não corresponde somente a uma ação biológica dos signos em uma mente que o interpretaria, mas sim que, ultrapassado esse primeiro momento, ligado ao contato sensível da primeiridade, o signo revela seu significado a uma interpretação convencional, entendida como cultural ou tradicional. Desse modo, a questão da interpretação dos signos, nesse registro, vai de acordo com o estruturalismo saussuriano, em que os signos, assim como seu significado, são arbitrários e, por isso, a necessidade uma convenção artificial.

Em Peirce, a ação do signo no processo de interpretação dá-se, dentro da sua classificação, em relação à terceira tricotomia (ver quadro acima). Os signos em sua definição derradeira terão em si o componente rema, dicente ou argumento. O leg-signo simbólico remático é algo convencional que não tem um caráter filosófico, como uma definição de dicionário, por exemplo. A ação pragmática, a partir das classificações de Peirce, tem um caráter progressivo em relação à argumentação racional e lógica. “A natureza de um signo é como a da memória, que recebe as transmissões da memória passada e transfere parte dela para a memória futura” (PEIRCE, 2003, p.68). Assim, um processo cognitivo qualquer terá como ponto fundamental o desenvolvimento das categorias universais, do sensitivo ao novo habitual por analogia.

Em uma proposta diferente se insere Deleuze, quando propõe sua interpretação dos signos. Em primeiro lugar, há duas tendências que podemos encontrar em outros autores citados e que são problematizadas por Deleuze. A primeira é o que ele suspeitamente denomina de objetivismo: a tendência de confundir a interpretação do signo com a associação dele ao objeto que designa.

Reconhecemos as coisas sem jamais as conhecermos. Confundimos o significado do signo com o ser ou o objeto que ele designa. Passamos ao largo dos mais belos encontros, nos esquivando dos imperativos que deles emanam: ao aprofundamento dos encontros, preferimos as facilidades das recognições [...] (DELEUZE, 2010, p.26).

Confundir a interpretação do signo com a descoberta de um suposto objeto que ele denota não é somente um equívoco, mas também não é levar em conta que o objeto também é somente um meio de manifestação dos signos. Essa questão já está presente, por exemplo, na própria definição peirciana, em que o objeto ou referente é somente mais um componente que está em relação com os outros. Na mesma direção, a própria perspectiva saussuriana não

define a interpretação semiológica como a atribuição ao objeto do signo, visto que o significante é também uma imagem mental e social dos impulsos materiais.

A diferença da proposta deleuziana em relação aos objetos está na questão da percepção. Para o filósofo, ela é a responsável por agregar o signo à objetos, já que a primeira tendência dela é justamente formalizar a aparição do signo, formalização que se dá por uma linguagem no sentido racional e convencional com o objetivo de comunicar. Onde existe um signo como convenção comunicativa, há a disposição à habitual confusão entre a ação de criação de significado com o objeto referente do signo. A percepção, assim, seria o movimento em direção à adequação dos signos aos referentes já anteriormente dados.

A percepção poderia ser confundida com uma faculdade sensível, como a primeiridade em Peirce. Mas, para Deleuze, ela está mais associada à inteligência, capacidade que poderia associar-se às etapas superiores para aquele.

Relacionar o signo ao objeto que o emite, atribuir ao objeto o benefício do signo, é de início a direção natural da percepção ou da representação. [...] E, de outra forma, é a tendência da inteligência. A inteligência deseja a objetividade, como a percepção o objeto. (DELEUZE, 2010, p.27)

A inteligência, nessa perspectiva, é a maneira como formalizamos o que foi capturado pela percepção. Sempre parcial, interessada e mediadora, na medida em que interpreta os signos. O suposto objetivismo criticado por Deleuze não é o suficiente para potencializar os encontros com o signo ao mesmo tempo em que faz parte de um estágio inicial para o processo. A questão do objetivismo, como movimento não suficiente para a exploração dos processos de interpretação dos signos, é levada adiante a partir do que Deleuze chama de *compensação subjetiva*.

[...] o signo é sem dúvida mais profundo que o objeto que o emite, mas ainda se liga a esse objeto, ainda está semi-encoberto. O sentido do signo é sem dúvida que o sujeito que o interpreta, mas se liga a esse sujeito, se encarna pela metade em uma série de associações subjetivas. Passamos de um ao outro, saltamos de um para o outro, *preenchemos a decepção do objeto com uma compensação do sujeito*. (DELEUZE, 2010, p.34)

A interpretação do signo, visto a parcialidade da associação ao objeto, é atrelada às faculdades do sujeito que se depara com ele. Na pragmática subjetiva, o sujeito teria centralidade no processo, tanto por associações aos conhecimentos prévios como por uma capacidade de criação que emanaria de uma individualidade. Mas, mesmo em uma recusa a essa compensação, tanto o objeto quanto a subjetividade que o encaram têm uma ligação com

o signo. Assim, o ponto mais original na abordagem deleuziana está em admitir que exista algo além dessa dualidade sujeito-objeto.

Mesmo que as faces do signo se associem a esses polos do processo de interpretação, há um procedimento além desses parâmetros que exige maior atenção. No mesmo sentido em que Hjelmslev adotou as substâncias como uma maneira de conceitualizar o paradoxo que faz do signo ter faces para o exterior, mas que não se separam de um interior, Deleuze irá inserir o par sujeito-objeto mais como efeitos interiores à presença dos signos do que referente e intérprete externos. Os objetos e sujeitos estão mais para efeitos do que criadores dos signos e o que está além deles é a busca pelas essências. A questão da essência, colocada por Deleuze como a interpretação final dos signos e somente proporcionada pelos signos da arte, deve ser entendida não como o significado exato do signo, e sim como o processo em que se cria um significado. Assim, a interpretação dos signos em Deleuze associa-se com a ideia de que algo é criado pelo vazio deixado pelo encontro com o signo, vazio entendido como violência, como suspensão das faculdades perceptivas e da inteligência. A interpretação segue o próprio movimento de criação artística: mais forças impessoais do que consciência agindo, mais memória involuntária do que hábito, mais desdobramento do que representação.

Esse princípio fundamental dos fins da interpretação está relacionado a uma questão mais fundamental nas propostas do filósofo baseado na leitura da obra de Proust. O signo não mais é associado de uma forma racional ao seu significado. Racional entendido, nesse caso, como uma adequação maior ou não com aquilo que significa (já que ao seu objeto e ao seu intérprete são etapas apenas primárias). O que a interpretação dos signos tem como base fundamental são duas críticas simultâneas que Deleuze, inspirado em Proust, faz ao conhecimento: a tragédia amorosa ao invés da boa vontade do saber e a criação ao invés do reconhecimento. Assim, à imagem que associa a filosofia com a amizade, em que há uma comunicação com *boa vontade em reconhecer*, teremos a figura da decepção amorosa como forma de interpretação e conhecimento. Do mesmo modo, a questão da representação que traz consigo o reconhecimento do que deve ser conhecido é criticada em prol de uma força que faz pensar, ao invés do que é pensado. O processo de interpretação (entendido também como a pragmática) ganha um viés de criação, de uma necessidade em sua composição.

Peirce, assim como Saussure e outros teóricos do signo que desenvolveram suas ideias, propõe uma caracterização universalizante dos signos, assim como seu processo de semiose. Por exemplo, em Saussure, as criações a respeito do caráter do signo e sua interpretação estão calcadas em regras sintáticas de formação das palavras. Ou seja, os signos são fenômenos que devem ser reconhecidos usando, para isso, métodos já empregados na

linguística ou mesmo na filologia. Os signos seguem, dessa maneira, o movimento de estruturação da língua a partir dos seus encadeamentos contínuos e lógicos, mesmo que se admita o caráter social das línguas. Há uma constante para o desenvolvimento das palavras, assim como deve haver para a formação e interpretação dos signos.

Deleuze, além de entender o signo (e sua existência) para além da formação similar à estruturação linguística, propõe que sua presença se dá a partir da contingência de encontros. Ou seja, não é um método ou um encadeamento abstrato que dará conta dos signos como representantes de experiências, mas sim que os signos são primeiros e aquilo que significam vão de encontro ao que diferem no processo de interpretação. Se a decepção faz parte do movimento de criação de seu significado, o encontro ao acaso propicia a criação de um significado que difere de seus objetos e de seus intérpretes – nesse caso, às essências ligadas à expressão artística.

Como já foi dito, o processo de interpretação dos signos em Deleuze confunde-se com um processo de aprendizagem. Como seria essa relação? O discurso educacional é recorrente em afirmar que o conhecimento não pode ser transmitido e que, portanto, deve ser experimentado (pelo menos, aquele discurso que considera o processo de conhecer baseado na relação sujeito-objeto mediado por signos). Contudo, não basta apenas visibilizar, perceber um objeto, é preciso experimentá-lo, acontecê-lo, no sentido deleuziano dos termos¹. Todavia, nesse sentido, os sujeitos simplesmente experimentam, eles não são conduzidos às experimentações, e os acontecimentos irrompem, não retratam o desígnio de uma vontade (UBERTI e BELLO, 2013). O exercício do pensar é provocado devido à violenta mudança em uma determinada relação de forças, aleatória e impessoal, que se deve ao acaso das lutas entre as formas de saber (DELEUZE, 1992). Desde essa perspectiva, que toma o aprendizado como uma experimentação aleatória, o objeto de um aprendizado é um signo, que se coloca como problema para o pensamento. Pode-se dizer, desse modo, que o aprendizado exercita a interpretação de signos (DELEUZE, 2010).

O ato de pensar não se conduz naturalmente, porque ocorre no encontro com um signo, que o obriga a pensar, que lhe dá o que pensar. É por isso, também, que nunca se sabe como uma pessoa aprende, mas, de qualquer forma que aprenda, é sempre por intermédio dos signos, perdendo-se tempo, e não pela assimilação de conteúdos objetivos (DELEUZE, 2010). Obviamente, esse perder tempo não quer dizer que quando deparados com os alunos na escola

¹ Trata-se de ultrapassar os limites impostos pela relação sujeito-objeto para problematizar aquilo que as filosofias da representação não dão conta de explicar. Experimentar implica acolher a experiência que nos constitui, que nos afeta, que nos incita a responder ao que acontece, a partir da qual se podem criar outros modos de pesquisar.

seja preciso fazer nada, fazê-los permanecer imóveis, para que exercitem a perda de tempo e, quem sabe, aprendam a pensar. “O sentido dado a essa perda de tempo, como dito anteriormente, refere-se ao objeto mesmo do aprendizado que não são os conteúdos objetivos propostos, e que seu domínio não retrata um resultado empreendido pelo esforço da vontade (UBERTI e BELLO, 2013, p.27)

Nesse sentido, para Uberti e Bello (2013), ressalta-se que aprender não é uma forma de o sujeito adaptar-se ao mundo, reconhecê-lo ou enquadrá-lo, mas uma forma de inventar o seu mundo. Inventar o seu mundo é decifrar os signos que irrompem de forma inesperada na experiência humana de sujeito. É a partir desse encontro com os signos que o sujeito tem uma experiência de problematização, quando o diferencial do signo lhe toca, criando um problema para o pensamento. Deleuze (2010) afirma que há sempre a violência de um signo que nos força a procurar, que nos rouba a paz. O signo é objeto de um encontro e é ele que exerce sobre nós a violência. É a partir daí que o sujeito busca dar um sentido para o problema, que busca solucioná-lo para lhe delimitar uma verdade.

Se é o acaso do encontro com o signo que impõe a necessidade de pensar, esse encontro implica o pensamento. Pode-se dizer que aquilo que ensina algo somente ensina porque emite signos a decifrar. É preciso decifrar os signos da culinária para aprender a cozinhar, seus cheiros, sabores. Aprender jardinagem é ser sensível aos signos das plantas, das flores, da terra, assim como aprender a costurar é ser sensível aos signos dos tecidos, das linhas, dos cortes, das vestimentas. Aprender a pintar é ser sensível às cores, às texturas, às imagens, às formas e aprender a surfar é ser sensível aos signos das pranchas, dos mares, das ondas, dos ventos (DELEUZE, 1988).

Importa ressaltar que os signos podem ser emitidos por sujeitos, objetos, matérias, mas eles não são os sujeitos, os objetos e as matérias. É nesse ponto que o pensamento educacional, fundamentado no pensamento da representação, confunde o que signo provoca com o objeto que ele designa. O que o signo provoca difere do objeto que ele designa. Os signos que emanam da participação nas atividades da escola não equivalem à existência da escola. Não é a escola que fornece o sentido do signo, mas o sujeito que se depara com um signo intempestivo, que lhe obriga a pensar. O fato é que o signo exerce uma ação sobre a subjetividade que não é mediada pela representação.

Para Deleuze, a sensibilidade aos signos só pode desenvolver-se com a renúncia ao objetivismo, pois é este que afirma que os objetos possuem o signo que emitem. O que provoca a aprendizagem de um sujeito em relação à tecelagem não é simplesmente o objeto máquina de tricô. O que possibilita uma aprendizagem relaciona-se aos signos que tocam esse

sujeito, para os quais esse sujeito torna-se sensível, seja em relação aos sons que dela emanam, ao prazer na confecção de um blusão ou o entrecruzar dos fios no alinhavo das peças. São os signos que tocam o sujeito e não os objetos propriamente ditos. É essa objetividade que simplifica o aprendizado na busca de encontrar significados os mais explícitos possíveis (DELEUZE, 2010).

Considerar que a aprendizagem não é um estado passível de condução, pois é um acontecimento imprevisível, um encontro, uma irrupção do novo, não significa que ela não possa ocorrer quando incitada. O fato é que a incitação não implica, necessariamente, em um aprendizado. A aprendizagem define-se pela invenção de problemas justamente porque é possível deparar-se com a inventividade e a problematização².

Tomar a aprendizagem a partir dos signos e das criações possíveis distancia-se da ideia da aprendizagem como ato de representação, como efeito de uma mera adequação metodológica, como reflexo possível da movimentação de saberes e linguagens e a propõe como ato de inventividade, de liberdade e de criação imanente no agenciamento do trabalho escolar.

Signos, aprendizagens e criações

Os signos são presenças, embora não haja forma definitiva de lhes dar uma materialidade na vida cotidiana. Na verdade, em alguns momentos, soam como imaterialidades que remetem a algo *concreto* na realidade. E, embora seja sedutora essa tendência, há nos signos algo de incompreensível, assim como seu processo de significação parece trazer consigo em qualquer análise.

Vimos que, em Peirce, o signo está no lugar de *outro* interpretado por um terceiro. Vimos que em Saussure ele depende de imagens que já pressupõem algo de mental para existir. Da mesma forma, Hjelmslev constrói uma composição interna do signo, mesmo que em ligação relativa com o que é externo a ele. Já Bakhtin enfatiza o caráter social e ideológico do signo, em que o que ele significa não pode ser visto como universal, mesmo em sua

² Tal discussão sobre a invenção de problemas nada tem a ver com uma contrariedade em relação à invenção de solução de problemas. Não é porque se fala em invenção de problemas na prática educacional que, em contrapartida, o que se fala em termos de solução deva ser banido. Muitas perspectivas binárias se colocam a enunciar essa oposição, restituindo o poder de verdade de um dos termos opostos – como se, a partir de então, só se pudesse falar em invenção de problemas e a palavra solução estivesse proibida no meio educacional. Se toda a aprendizagem começa com a invenção aleatória de problemas, aquilo que se refere à solução ou não de um ou de outro problema é fato possível. O que se pode perguntar é se os problemas que são inventados e experimentados pelos alunos são os mesmos para os quais a escola busca solução.

estruturação. Nessas definições modernas, o signo tem seu caráter social, mas sempre passível de uma abstração, seja uma via universalizante, seja uma regularidade dependente de movimentos históricos.

A proposta deleuziana vai a um caminho diferente desse preceito básico. Nessa perspectiva, o signo está mais para um acontecimento em vias de perturbar as faculdades supostamente universais e os pressupostos dados pelo contexto histórico do que a representação de algo que possa ser conhecido através da significação. O signo surge como aquilo que, na contingência do encontro (seja do intérprete ou objeto), cria um abalo nas estruturas que, se não pode ser contornado, ao menos pede uma interpretação que se diferencia do que, na perspectiva da representação, deveria mediar suas conexões. O signo é uma imaterialidade de forças que impele alguma formalização, seja como representação distorcida, seja como algo novo.

No mesmo sentido, a interpretação dos signos nos dá algumas pistas de sua imprecisão. Na classificação peirciana, as suas combinações possíveis, apesar de bem delineadas e visualmente cruzadas, são flutuantes no sentido de poderem ser várias ao mesmo tempo. Os signos, nessa configuração, compõem ajustes ligados às probabilidades de representarem de forma mais adequada ou não as formas dadas na experiência humana. Na classificação deleuziana, os signos estão imanentes à obra literária de Proust, em que estão encadeados em um movimento de aprendizagem proposto pela narrativa – daí a ênfase dada às interpretações dos signos artísticos, tidos como aqueles que possibilitam uma essência que é similar à diferenciação do processo criativo.

No processo de semiose, ou de pragmática definida por Morris, os signos são assimilados (embora usemos com ressalvas essa expressão) de maneiras diferentes quando nos deparamos com distintos campos de pensamento. No caso de Peirce, temos o movimento quando há uma combinação na mediação entre os três componentes do signo (correspondentes às três categorias universais) com o que seu ajuste alinha na experiência da aquisição de conhecimento. Há uma combinação específica entre os correlatos das tríades, mesmo que o produto final dessa composição seja questionável. Em Saussure, em outro exemplo, há uma convenção que cria correspondência entre o significado e o significante, levando em conta o caráter arbitrário e, portanto, social desse processo. O signo significa quando há uma correspondência adequada entre os dois polos, entendido como aquilo que faz parte do mesmo processo de estruturação da linguagem.

Para o sentido deleuziano de interpretação dos signos, o seu significado depende de um esforço de criação por parte de quem o interpreta. Aquilo que se apresenta na contingência

dos encontros não é a afetação imediata pelos sentidos, mas sim já mediada pela linguagem que nos acompanha, por isso mesmo primeira em relação a qualquer suposto *immediatismo* dos sentidos. O esforço de interpretação passa mais pela *decepção amorosa* em ultrapassar o que a linguagem já colocou como dado em direção à verdadeira experiência, aquela que torna obsoleta qualquer tentativa de abstrair a significação, visto que esse processo se dá mais pelo esvaziamento daquilo que já foi determinado pela percepção e pela inteligência (entendidas como linguagem já criada sobre os sentidos). Os signos, na concepção deleuziana, não dependem do que a linguagem coloca como pressuposto de qualquer experiência e, assim, seria necessário não um retorno a um empirismo como os que foram propostos em outros planos filosóficos e inclusive na pedagogia, mas sim o empirismo que implica um esforço em ultrapassar o que se entende por empirismo como doutrina filosófica.

O encontro com os signos, no horizonte proposto por Deleuze, é da ordem do empenho em ultrapassar o que poderia ser dito sobre tal interpretação antes que ela ocorra. Criar um significado para o signo não está no registro de dar novas configurações a partir do que já existe como ordem (a própria linguagem), mas sim em que é preciso criar novas expressões para própria linguagem, a partir do momento em que a força do encontro contingente exija uma nova formalização para que possa existir como diferente forma, substância, ideologia, matéria, objeto, intérprete, significado ou significante.

Assim, se o signo se diferencia no seu processo de interpretação, o que é entendido como aprendizagem também tem uma nova definição. Aprender não se refere ao reconhecimento ou mesmo interação entre sujeitos e objetos. Está muito mais ligado àquilo que é problemático e cria fissuras para a composição de novas formas ou formalizações nos encontros proporcionados pelos signos, ou seja, a criação. Todo esse procedimento se dá a partir de uma perspectiva mais relacionada à arte do que aos métodos de encadeamentos científicos. As faculdades como a inteligência têm um papel provisório nesse processo, pois o aprender não se resume a resolver problemas, mas abrir possibilidades outras de modos de existência.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec. 2012. 200p.
- DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. 440p.

_____. A vida como obra de arte: In: DELEUZE, Gilles. *Conversações*. 1972-1990. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992, pp.118-126.

_____. *Proust e os signos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2010. 184p.

HJELMSLEV, Louis. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva. 2003. 160p.

KOCK, Isabelle. Explicação causal e interpretação dos signos segundo os estoicos. *Cadernos de história e filosofia da ciência*. Campinas, Série 3, v. 15, n. 2, pp.281-312, jul./dez. 2005.

MORRIS, Charles. *Fundamentos da teoria dos signos*. Tradução de António Fidalgo. Universidade da Beira Interior.
Disponível em <<http://biblioteconomiadigital.blogspot.com.br/2011/01/fundamentos-da-teoria-dos-signos.html>>. Acesso em: out. 2013.

NOTH, Winfried. *Panorama da semiótica: de Platão à Peirce*. São Paulo: Annablume. 2008. 150p.

PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva. 2003. 340p.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2012. 312p.

UBERTI, Luciane; BELLO, Samuel E. L. A docência-pesquisa em movimento no PIBID. In: UBERTI, Luciane; BELLO, Samuel E. L. (Orgs.). *Iniciação à docência: articulações entre ensino e pesquisa*. São Leopoldo: OIKOS, 2013. pp.17-32.

SAMUEL E. L. BELLO

Licenciado em Matemática. Doutor em Educação Matemática pela UNICAMP. Professor do DEC/FACED e Professor Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciência da UFRGS, Porto Alegre/RS. Contato: samuel.bello@ufrgs.br

PAOLA ZORDAN

Licenciada em Artes Visuais. Professora do Instituto de Artes/UFRGS. Doutora em Educação e Professora Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, Porto Alegre/RS. Contato: paola.zordan@ufrgs.br

DIEGO MARQUES

Licenciado em História. Doutorando em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, Porto Alegre/RS. Contato: diego.souzamarques@gmail.com